



Ata do
Comitê de Estabilidade Financeira — Comef

1 e 2 de março de 2023

**Ata da
52ª reunião
do COMEF
1 e 2 de março**



Data: 1 e 2 de março de 2023

Local: Salas de reuniões do 8º andar (1 de março) e do 21º andar (2 de março)
Edifício-Sede do Banco Central do Brasil – Brasília – DF

Horários de início e término:
1 de março: 9h30 – 12h30; 14h30 – 17h00
2 de março: 14h00 – 17h00

Presentes:

**Membros do Comef
(Presidente e Diretores)**

Roberto de Oliveira Campos Neto
Presidente

Bruno Serra Fernandes
Política Monetária

Carolina de Assis Barros
Administração

Diogo Abry Guillen
Política Econômica

Fernanda Guardado
*Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos
Corporativos*

Maurício Costa de Moura
*Relacionamento, Cidadania e Supervisão de
Conduta*

Otávio Ribeiro Damaso
Regulação

Paulo Sérgio Neves de Souza
Fiscalização

Renato Dias de Brito Gomes (*)
Organização do Sistema Financeiro e Resolução

(*) O Diretor Renato Dias de Brito Gomes acompanhou a primeira sessão do Comef, no dia 1 de março, por videoconferência, não tendo participado da segunda sessão, no dia 2 de março, por estar cumprindo agenda no exterior

**Chefes de Unidade
responsáveis por
apresentações técnicas:**

André de Oliveira Amante - *Departamento de Operações do Mercado Aberto*

André Minella – *Departamento de Estudos e Pesquisas*

Edson Broxado de França Teixeira – *Gabinete do Diretor de Fiscalização*

Fabia Aparecida de Carvalho – *Departamento de Assuntos Internacionais*

Luis Gustavo Mansur Siqueira - *Departamento de Promoção da Cidadania Financeira*

Gilneu Francisco Astolfi Vivan – *Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro*

Ricardo Franco Moura – *Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial*

Rogério Antonio Lucca – *Departamento de Operações Bancárias e de Sistemas de Pagamento*

Demais participantes:

Adalberto Felinto da Cruz Júnior – *Chefe do Departamento de Gestão Estratégica e
Supervisão Especializada*

André Luiz Caccavo Miguel – *Chefe-Adjunto do Departamento de Monitoramento do Sistema
Financeiro*

Arnildo da Silva Corrêa – *Chefe da Assessoria Econômica*

Belline Santana – *Chefe do Departamento de Supervisão Bancária*

Climério Leite Pereira – *Chefe do Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora*

Daniel Palaro Canhete – *Chefe-Adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do
Mercado Financeiro*

Daniela Torres de Mesquita de S. Valle – *Chefe de Gabinete do Presidente, substituto*

Eduardo José Araújo Lima – *Chefe de Gabinete do Diretor de Política Econômica*

Enrico Bezerra Ximenes de Vasconcelos – *Chefe da Secretaria de Governança, Articulação e
Monitoramento Estratégico*

Erasto Villa Verde de Carvalho Filho – *Procurador-Geral do Banco Central, substituto*

**Ata da
52ª reunião
do COMEF
1 e 2 de março**



Eugênio Paccelli Ribeiro – *Secretário-Executivo, substituto*
Fernando Alberto G Sampaio de Cavalcante Rocha – *Chefe do Departamento de Estatísticas*
Harold Paquete Espínola Filho – *Chefe do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias*
Isabela Ribeiro Damaso Maia – *Chefe da Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfólio*
João André Calvino Marques Pereira – *Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro*
Juliana Mozachi Sandri – *Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta*
Luís Guilherme Siciliano Pontes – *Chefe do Departamento das Reservas Internacionais, substituto*
Mauro Zanatta – *Assessor de Imprensa*
Olavo Lins Romano Pereira – *Chefe-Adjunto do Departamento de Assuntos Internacionais*
Ricardo Eyer Harris – *Chefe de Gabinete do Diretor de Regulação*
Ricardo Sabbadini – *Chefe do Departamento Econômico*
Ricardo Teixeira Leite Mourão – *Chefe de Gabinete do Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução*
Sérgio Mikio Oyama – *Chefe-Adjunto do Departamento de Estudos e Pesquisas*

Os membros do Comef analisaram a evolução recente e as perspectivas para a estabilidade financeira no Brasil e na economia internacional tendo em vista o objetivo de assegurar um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo.

A) Mercados financeiros globais

1. O sistema financeiro das principais economias segue resiliente. As instituições financeiras (IFs) bancárias nesses países mantêm níveis de capital e liquidez robustos. Simulações do Banco Central do Brasil (BCB) e testes de estresse realizados pelas jurisdições indicam que o sistema financeiro global permanece preparado para suportar choques adicionais.

2. O cenário global apresentou acomodação das condições financeiras desde a última reunião do Comef, apesar de alguma reversão em fevereiro. O processo de desinflação global segue desafiador e os dados recentes de atividade consolidam um cenário global de aperto monetário mais prolongado.

3. Bancos globais com importância sistêmica (GSIBs) continuam elevando provisões. A expectativa de menor crescimento, as altas taxas de juros e a persistência da inflação em níveis elevados têm resultado em perdas de renda real, pressionando a capacidade de pagamento de dívida das famílias. Em algumas jurisdições, essa questão ganha mais relevância pela predominância de hipotecas com taxas de juros reajustáveis, que em cenários de elevação de juros reduz a capacidade de pagamento dos devedores, aumentando os riscos de crises no setor imobiliário, com potencial impacto sistêmico. Não obstante, não se observa, ainda, deterioração relevante nas carteiras de crédito dos bancos, e os bancos centrais das economias sistemicamente importantes reiteram que suas instituições financeiras estão preparadas para enfrentar eventual materialização de cenários adversos. De forma preventiva, diante do cenário de persistência de riscos financeiros globais e incertezas econômicas domésticas, várias jurisdições mantiveram ou aumentaram seus buffers contracíclicos de capital.

4. A possibilidade de mudanças mais abruptas na condução da política monetária aumenta o risco de materialização de cenários extremos de reprecificação de ativos financeiros. A frustração das expectativas de queda da inflação nas economias centrais eleva a incerteza sobre os cenários prospectivos, acentuando a volatilidade nos mercados e propiciando a ocorrência de eventos de estresse, com implicações globais. Em geral, as economias emergentes têm, até o momento, mostrado resiliência diante do forte aperto das condições financeiras observado desde o final de 2021, porém os elevados níveis de endividamento público resultantes dos esforços de combate aos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a economia são um fator de vulnerabilidade. A transparência, previsibilidade e credibilidade na condução das políticas monetária, fiscal e macroprudencial são essenciais para mitigar os riscos sistêmicos.

B) Sistema Financeiro Nacional

5. O crescimento do crédito amplo desacelerou nas diferentes modalidades. Nas pessoas físicas, a desaceleração foi maior nas operações de maior risco, como as ligadas a transações de pagamento. Nas pessoas jurídicas, o crédito desacelerou marginalmente. O mercado de capitais reduziu o seu ritmo de expansão, mas se mantém como fonte relevante de financiamento, principalmente para as grandes empresas.

6. As provisões mantiveram-se adequadas, acima das estimativas de perdas esperadas. O aumento das provisões está condizente com a maior materialização de risco, decorrente do crescimento do crédito em modalidades mais arriscadas, do aumento do comprometimento de renda das famílias, da redução da capacidade de pagamento de micro e pequenas empresas, e de casos pontuais em empresas de grande porte. A materialização de risco deve permanecer elevada no médio prazo, mas critérios mais restritivos nas concessões recentes têm colaborado para arrefecer o crescimento dos ativos problemáticos no crédito às famílias.

7. Os níveis de capitalização e de liquidez do SFN mantiveram-se superiores aos requerimentos prudenciais. O sistema tem mantido capital e ativos líquidos suficientes para absorver potenciais perdas em cenários estressados e cumprir a regulamentação vigente. O Comef segue atento à dinâmica de resgates das cadernetas de poupança e seus efeitos nas concessões de crédito imobiliário. A rentabilidade do SFN recuou devido, sobretudo, ao aumento das despesas com provisões, e permanece pressionada por redução da margem de crédito, baixo crescimento das receitas de serviço e crescimento das despesas administrativas devido à inflação.

8. Parcela significativa das provisões realizadas nos balanços das IFs no último trimestre de 2022 decorre de evento específico relacionado a empresa de grande porte. Essas provisões respondem por porção relevante do recuo da rentabilidade anual do SFN e já absorveram a maior parte da materialização do risco. O Banco Central estimou o impacto potencial remanescente, acrescido de um cenário de contágio sobre toda a cadeia de produção e fornecimento que depende da empresa de forma relevante. Nesse cenário extremo, o impacto para o SFN consolidado é insignificante e não se verificaria desenquadramento de capital em qualquer instituição financeira.

9. Os resultados dos testes de estresse demonstram que o sistema está resiliente. Nos cenários de estresse macroeconômico avaliados, descritos no Relatório de Estabilidade Financeira, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes. Desde a última reunião do Comef, a elevação da incerteza ampliou o impacto no sistema. O impacto mais severo continua sendo o observado no cenário de quebra de confiança no regime fiscal. Teste de análise de sensibilidade verificou que mesmo que os ativos problemáticos dobrassem em relação a seus níveis atuais, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes.

C) Principais pontos de atenção

10. O apetite ao risco das IFs na concessão de crédito às famílias e às empresas de menor porte apresentou redução, porém permanece elevado. Embora em desaceleração, o ritmo de crescimento segue alto em modalidades mais arriscadas, como cartão de crédito e crédito não-consignado, o que requer mais atenção em um ambiente de maior comprometimento de renda e endividamento das famílias. No entanto, na margem, observa-se maior conservadorismo nos critérios das novas concessões, gerando créditos de melhor qualidade nessas modalidades. Com relação às empresas de menor porte, houve desaceleração no ritmo de crescimento do crédito, mas não se percebe alteração relevante nos critérios de concessão. O Comef avalia que é importante os intermediários financeiros continuarem preservando a qualidade das concessões, levando em conta, notadamente, a exposição total dos seus clientes junto ao SFN.

11. Eventos pontuais em empresas de grande porte geraram uma deterioração nos preços de ativos no mercado de títulos privados. Em decorrência desses eventos, a volatilidade, os spreads e a aversão ao risco aumentaram. Também foram observados efeitos em algumas linhas no mercado de crédito. O Comef acompanha a evolução e os desdobramentos dos eventos recentes e segue pronto para atuar em caso de disfuncionalidade.

12. A persistência inflacionária eleva a perspectiva de aperto monetário mais prolongado nas economias avançadas. A eventual materialização de cenários extremos de reprecificação de ativos financeiros globais devido ao aperto monetário e a mudanças abruptas na condução da política monetária nas economias avançadas pode levar a um impacto significativo sobre economias emergentes, que até o momento têm

se mostrado resilientes, ainda que fatores de vulnerabilidade permaneçam. O Comef avalia que a exposição do SFN ao risco da taxa de câmbio é baixa e a dependência de *funding* externo é pequena.

13. O Comitê está atento à evolução dos cenários doméstico e internacional e segue preparado para atuar, minimizando eventual contaminação desproporcional sobre os preços dos ativos locais. O Comitê segue entendendo que políticas macroeconômicas que aumentem a previsibilidade fiscal, que reduzam os prêmios de risco e a volatilidade dos ativos contribuem para a estabilidade financeira e, conseqüentemente, melhoram a capacidade de pagamento dos agentes.

D) Decisão de política macroprudencial

14. O Comef avalia que a política macroprudencial neutra segue adequada ao atual momento, caracterizado pela ausência de acúmulo significativo de riscos financeiros. Considerando as expectativas do Comef sobre o crescimento do crédito, não há necessidade de ajustes na política macroprudencial no curto prazo.

15. Os preços dos ativos e o crescimento do crédito não representam preocupação no médio prazo, embora existam incertezas a serem acompanhadas. O crescimento do crédito desacelerou nas diversas modalidades, observando-se, na margem, que as operações nas linhas de maior risco vêm sendo originadas com melhor qualidade de crédito. No entanto, o endividamento e o comprometimento de renda das famílias seguem elevados, e a capacidade de pagamento de dívidas das empresas diminuiu. Assim, uma frustração substancial do desempenho da atividade econômica pode resultar em elevação do risco de crédito. O Comitê segue atento à contribuição do mercado de capitais no crescimento do crédito amplo e às suas potenciais conseqüências para a acumulação de riscos, e acompanha os desdobramentos dos eventos recentes que afetaram os prêmios de risco nesse mercado. O Comef segue recomendando que as IFs mantenham a prudência na política de gestão de crédito e de capital.

16. O Comef decidiu que, dadas as condições atuais e as expectativas quanto ao cenário econômico, o ACCP_{Brasil} continuará em 0% nas suas próximas reuniões. Aumentos do ACCP_{Brasil} entram em vigor somente um ano após as deliberações do Comef. A decisão considerou as condições financeiras restritivas do ambiente doméstico e internacional, os preços dos ativos e as expectativas quanto ao comportamento do mercado de crédito.

Ata da
52ª reunião
do COMEF
1 e 2 de março

